



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 3/2022/CONSUP/IFTO, DE 22 DE MARÇO DE 2022

1 Ata da terceira reunião extraordinária de dois mil e vinte dois do Conselho Superior
2 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas, por videoconferência,
4 reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho
5 Superior do IFTO. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de
6 Dirigentes: Paula Karini Dias Ferreira Amorim, primeira titular; Pietro Lopes Rêgo,
7 segundo titular; Flavio Eliziario de Souza, terceiro titular; dos representantes dos
8 servidores docentes: Otávio Cabral Neto, primeiro titular; Saldanha Alves Braga,
9 segundo titular; Maukers Alem Lima Dias, terceiro titular; Gerson Alves de Oliveira,
10 quarto titular; dos representantes dos servidores técnico-administrativos: Iomar
11 Lima Lago, primeiro titular; Mayana Alencar de Matos , segunda titular; Leandro
12 Oliveira Campos, terceiro titular; Clarissa Macêdo Silva, quarta titular; dos
13 representantes dos discentes: Elson Martins Neves, primeiro titular; Isabela Enumo
14 Gottardi, segundo titular; Maicon Aidyon Santos Brito, terceira titular; Yohann
15 Cristian Alves, quarto titular; dos representantes dos egressos: Cristieley Maria de
16 Sousa Alves de Oliveira, primeiro titular; Geovane Souza Moura, segundo titular; do
17 representante do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins
18 – SINDUSCON-TO, Cleber Decarli de Assis, titular; da representante da Federação dos
19 Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins –
20 FETAET, Irany Iva dos Santos Dias, titular; e da representante da Secretaria do
21 Conselho Superior, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. O presidente agradeceu a
22 presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Informou que a
23 deliberação do ponto um ficaria para o final da reunião. Em ato contínuo, o
24 presidente iniciou a terceira reunião extraordinária de Conselho de 2022. Explicou a
25 dinâmica das reuniões online e informou que a próxima reunião ordinária do
26 Conselho provavelmente se daria no formato presencial. Disse que na reunião
27 presencial a unidade de Auditoria e a Procuradoria Federal junto ao IFTO se
28 apresentariam aos novos conselheiros, explanando suas vinculações com o Conselho
29 Superior e o papel dos conselheiros, trazendo maior uniformização e conhecimento
30 para os mesmos das dinâmicas e áreas de atuação do Conselho. Pediu aos que ainda
31 não tinham assinado os termos de posse que o fizessem até o final da reunião.
32 Informou que após a assinatura dos termos de posse todos estariam devidamente
33 empossados e aptos a participarem das reuniões. Reforçou que a posse se data no
34 ato da assinatura do termo pelo presidente e conselheiro. Informou que as
35 apresentações dos conselheiros se dariam ao final da reunião enquanto assinavam a
36 ata da segunda reunião extraordinária. O conselheiro Geovane apresentou
37 solicitação de inclusão de ponto de pauta, a saber: a falta de transporte público
38 necessário, para os estudantes do turno noturno no IFTO - *Campus* Paraíso do

39 Tocantins. Informou que foi procurado por vários estudantes do *Campus*
40 (acadêmicos dos cursos superiores da instituição, de Administração, Química,
41 Matemática) para, como conselheiro do segmento egresso, dar o encaminhamento
42 do ponto pauta e juntos buscarem a solução. Citou o diálogo entre a direção do IFTO
43 (inclusive participação do reitor), estudantes, e outras lideranças como pais de
44 alunos com a Prefeitura Municipal, em que ficou deliberado que a prefeitura e o
45 IFTO daria uma força oferecendo o transporte e motorista. No entanto, os
46 estudantes dos cursos superiores não foram contemplados pelo acordo com a
47 prefeitura. Reconheceu que o problema era do município, porém havia levado para
48 o Conselho devido a procura de muitos estudantes que pediram que ele
49 apresentasse a pauta. Disse que sabia que o IFTO não tinha o poder de fiscalização,
50 mas que a cobrança do direito de todos poderia gerar uma solução para o
51 problema. Informou que o *Campus* Paraíso do IFTO estava a 11,8 km do centro da
52 cidade, o que dificultava muito a locomoção dos estudantes, pois nem todos os
53 estudantes tinham transporte particular, o que tornava a falta de transporte uma
54 pauta urgente que já deveria ter sido resolvida, visto que estava prejudicando
55 bastante os acadêmicos dos cursos superiores, podendo levar a uma grande evasão
56 devido ao desestímulo dos estudantes. O presidente esclareceu que existia um
57 procedimento regimental para inclusão de ponto de pauta, que o regulamento
58 falava em pelo menos 10 dias de antecedência de solicitação escrita e
59 fundamentada. Citou que outra modalidade de inclusão de ponto de pauta era no
60 momento da reunião, com solicitação escrita e fundamentada a urgência. Uma vez
61 apresentada, a solicitação seria apreciada e após deliberação, se aprovada, o ponto
62 de pauta era incluso. Justificou que como era a primeira reunião e devido a
63 importância do tema, abriria uma exceção e ao final da reunião incluíam o ponto à
64 pauta, no entanto pediu que a solicitação da quebra do procedimento não se
65 tornasse uma situação rotineira. Na sequência procedeu-se a deliberação do ponto
66 dois, a saber: deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad*
67 *referendum* CONSUP/IFTO Nº 18, de 3 de janeiro de 2022, que aprovou o Plano
68 Anual de Auditoria Interna – PAINT 2022 e a Matriz de Risco do Instituto Federal de
69 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº
70 23235.016385/2021-10. O chefe da unidade de Auditoria do IFTO, Carlos Frederico,
71 explicou que o PAINT deveria ser baseado basicamente em processo avaliativo de
72 riscos, em que os processos eleitos eram os institucionais que mereciam maior
73 atenção da auditoria ao longo do ano correspondente. Informou que a Auditoria
74 procurava enriquecer quase todo o processo de elaboração do PAINT com
75 contribuições dos gestores, que eram de fato os titulares do processo e dos risco em
76 si. Informou que foram aplicados questionários aos titulares das pastas dos
77 macroprocessos para avaliação daqueles que mereciam maior atenção. Frisou que
78 obtiveram retorno bastante positivo principalmente dos *campi*. Disse que as ações
79 foram basicamente direcionadas para o macroprocesso de administração que
80 avaliavam a regularidade das aquisições públicas que foram feitas por meio de
81 reembolso, uma vez que essa prática não tinha regulamentação legal, por isso,
82 deveriam verificar se o interesse público realmente tinha sido atendido em primeiro
83 plano, se a emergência da situação que ensejou esse tipo de pagamento tinha sido
84 controlada, para a manutenção da conformidade dos gastos, otimizando o
85 orçamento do IFTO que cada vez mais se apresentava esgaçado, além de tratar com
86 isonomia todos os servidores. Citou também a contribuição dos colegas no
87 levantamento dos riscos de que as áreas finalísticas do ensino e extensão mereciam
88 atenção da Auditoria no ano, e que deixariam essas duas atividades possivelmente

89 para o segundo semestre, pois o primeiro seria dedicado a executar a auditoria de
90 reembolso e reunião conjunta com os titulares de ensino e extensão para analisar
91 em quais ações a Auditoria poderia contribuir efetivamente. O conselheiro Flávio
92 Eliziário perguntou ao Carlos Frederico qual era o período de avaliação dos
93 reembolsos mencionados. Carlos Frederico respondeu que dependeria muito do
94 retorno das Unidades, mas que a previsão de encerramento era para o primeiro
95 semestre de dois mil e vinte e dois . Após apresentação, o item foi submetido à
96 votação, tendo sido aprovado por quatorze votos favoráveis e duas abstenções
97 (Elson e Cristiely). Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto três, a saber:
98 deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
99 38, de 4 de fevereiro de 2022, que aprovou as alterações no projeto pedagógico do
100 curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas,
101 modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Araguaína, do Instituto Federal de
102 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº
103 23237.009201/2021-37. O professor José roberto representante do *Campus*
104 Araguaína informou que a comissão foi montada partindo do princípio do
105 regulamento da regularização da extensão, que implicou na necessidade de
106 alteração do PPC, e também da necessidade de atualização do curso em si, que o
107 conteúdo que estava sendo trabalhado até então na grade anterior possuía
108 necessidade de atualizações. Informou que várias reuniões com representantes de
109 empresas, professores, egressos e coordenadores de curso e de outros cursos de
110 análise e desenvolvimento de sistema foram realizadas para a revisão do PPC
111 (ementas, bibliografia, habilidades, competências) com o intuito de levar a
112 independência de tecnologias referentes à ementas, pois algumas da grade anterior
113 ficavam muito vinculadas a uma tecnologia específica. Citou que o trabalho foi no
114 intuito de diminuir a redundância de assuntos entre disciplinas e abrir espaço para a
115 curricularização da extensão. Disse que a grade curricular foi organizada para
116 favorecer projetos interdisciplinares organizados em um mesmo período. Informou
117 que o trabalho também foi desenvolvido no intuito de atender às exigências do
118 Enade, e que retiraram praticamente todos os pré-requisitos das disciplinas, pois se
119 tratava de um curso de oferta anual, sendo assim, provocavam uma barreira em
120 relação ao comprimento de disciplinas, decidiram então deixar por conta da
121 coordenação o trabalho de aconselhamento. Em relação a curricularização da
122 extensão informou que optaram por criar as disciplinas para poderem fazer
123 trabalhos mais robustos nos projetos. Citou que dividiram em três tipos de extensão:
124 a primeira disciplina com foco em conhecer o que é extensão e também trabalhar
125 projetos de eventos e cursos, segunda e terceira o foco foi extensão voltada para
126 programas e projetos, e prestação de serviço. Outra ação citada por José Roberto foi
127 a adoção de uma metodologia preferencial, de aprendizagem baseada em
128 problemas, no intuito de buscar dentro da instituição qualificação do corpo docente,
129 de forma a trabalhar essa metodologia específica dentro do curso. O presidente
130 esclareceu que o processo de construção ou renovação com PPC no IFTO iniciava
131 dentro do *campus* com a constituição de uma comissão envolvendo servidores e
132 estudantes do curso que faziam a análise de quais eram as necessidades de
133 operação. Uma vez feita a minuta do que deveria ser alterado, esta era enviada ao
134 conselho pedagógico do *Campus* para avaliação e deliberações, e depois de ajustado
135 o conselho pedagógico remetia a minuta a Pró-reitoria de Ensino para análise e
136 mediação com a comissão para os ajustes e orientações muito mais atinadas em
137 relação a legislação. Após esse ajuste na Pró-reitoria de Ensino a minuta é submetida
138 ao Conselho Superior para análise final e deliberação da aprovação ou não da

139 alteração ou da criação do novo curso. O conselheiro Elson perguntou se aprovada a
140 alteração como ficaria a situação dos alunos que já haviam ingressado no curso. O
141 presidente explicou que exatamente por isso, estavam convalidando o ad
142 referendum, pois o PPC tinha sido aprovado previamente via resolução ad
143 referendum, (aprovação unilateralmente pela presidência justificada pela urgência e
144 submetida na reunião subsequente para análise do Conselho). Explicou que se a
145 deliberação não tivesse ocorrido desta forma (anteriormente) os estudantes que
146 ingressassem a partir dali não ingressariam na nova matriz que só valeria para o
147 próximo ano. Ressaltou que se os conselheiros julgassem necessário mais ajustes
148 tinham a total liberdade de fazê-los, e que os estudantes que ingressaram em
149 fevereiro estavam amparados pela da validade do ad referendum. Quanto à
150 extensão, o presidente disse que os conselheiros ao longo do mandato perceberiam
151 vários cursos superiores sendo submetidos para esse tipo de ajuste em relação a
152 curricularização da extensão, atendendo ao normativo do governo federal. Disse que
153 o IFTO atenderia o pensamento do governo que elaborou o regulamento de
154 curricularização da extensão já apreciado e aprovado no Conselho em outra
155 legislatura e que tinham um prazo para que todos os cursos superiores fizessem a
156 sua adequação a este regulamento. Ressaltou que isso reforçava a importância do
157 Conselho e auxiliava aos conselheiros compreenderem o papel do Conselho em
158 fazer normativo geral. O conselheiro Yohann perguntou como se daria a transição da
159 adequação para os discentes e docentes, sugeriu inclusive que a Instituição
160 apresentasse um projeto com a informação ou que a mesma fosse acrescentada nos
161 PCC's. O professor José Roberto disse que o questionamento de Yohann era uma
162 problemática da Instituição, pois não existia nenhuma instrução normativa ou
163 previsão do plano de transição entre um PPC e outro. Que à medida que eram
164 executadas as alterações e surgidas as demandas, as coordenações se ajustavam a
165 estas. O presidente destacou que as alterações de PPC's valiam para as turmas que
166 ingressassem daquele momento em diante e que as anteriores continuavam
167 executando os PPC's vigentes no seu momento de ingresso no curso. Informou que
168 em linhas gerais todo o estudante tinha o direito de ter as disciplinas ofertadas da
169 estrutura curricular da qual ele ingressou na Instituição até o prazo máximo do seu
170 jubramento, sendo assim o estudante não tinha prejuízo com a alteração da
171 estrutura curricular, pois a Instituição voltava a ofertar a disciplina a ele. Observou
172 que por sobrecarga de alguns professores e unidades, não conseguiam ofertar a
173 totalidade das disciplinas necessitadas pelo estudante em um dado momento,
174 destacou ainda que esses eram casos específicos. Esclareceu que o estudante não
175 poderia ter o direito de matrícula suprimido na Instituição. Destacou o grau de
176 dificuldade de elaborar um planejamento completo nesta situação. Disse que caso
177 alguma disciplina deixasse de ser ofertada ocorreria a negociação com o estudante
178 (apresentação da nova matriz curricular e indicação das disciplinas que poderiam
179 substituir outras que existiam no PPC anteriormente para validação dos
180 conhecimentos). Destacou novamente que era direito do estudante ter acesso à
181 matriz curricular da qual ele ingressou na Instituição. Após apresentação,
182 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
183 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto quatro, a saber: deliberação acerca
184 da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 40, de 25 de
185 fevereiro de 2022, que aprovou o Projeto Controla +: Estudos do uso de agrotóxicos
186 no controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas cultivadas, Safra
187 2021/2022, conforme Processo nº 23235.020339/2021-15. A conselheira
188 Cristieley fez suas considerações quanto ao item anterior (3). Disse que já havia

189 participado de algumas reuniões de comissão para alteração de PPC, que o processo
190 era bem criterioso. Disse que entendia a preocupação do conselheiro Yohann no
191 caso de uma possível reprovação e o estudante ter que pagar a disciplina em uma
192 nova grade, mas destacou que o aluno tinha o direito resguardado. Destacou a
193 importância da interação dos alunos com a ODP do seu curso, seus direitos e
194 deveres. Quanto às alterações das disciplinas disse que achou bem interessante a
195 alteração das cargas horárias, que o curso era importante para a sociedade e que
196 quanto à extensão se tratando do curso em deliberação os alunos poderiam buscar
197 na comunidade externa novas oportunidades e conhecimentos. Registrou seu voto
198 favorável à alteração. O professor Jardel destacou que o objetivo específico do
199 projeto era qualificar os alunos no mercado com a maior proximidade das demandas
200 do mercado e forte estreitamento das relações com os agentes contratadores do
201 mercado, ou seja, aproximação do mercado de trabalho para dar condições de
202 qualificação principalmente pensando na engenharia agrônômica. Disse que quando
203 pensaram em fazer 6 cursos de engenharia agrônômica no IFTO a preocupação era
204 como melhorar ou aumentar a empregabilidade dos alunos e principalmente
205 pensando em bons empregos e não mais o subemprego. Destacou que a tentativa
206 no *Campus* Lagoa da Confusão era o projeto com a iniciativa privada no
207 desenvolvimento de novos agrotóxicos. Explicou que o termo agrotóxico era usado
208 para todos os agentes controladores, fossem químicos ou biológicos. Disse que o
209 IFTO era credenciado para fazer esse serviço e que o projeto tentava estreitar as
210 relações com a iniciativa privada para que pudessem ter maior acesso aos agentes
211 contratadores. Disse que o projeto já estava vinculado a duas multinacionais (uma
212 concessionária japonesa sediada no Brasil chamada Iharabras, e uma multinacional
213 Americana chamada Cortella). Informou que o projeto precisou ser desmembrado
214 por questões operacionais e que o projeto encaminhado inicialmente tinha custeio
215 previsto de R\$ 100.000, 00, ressaltou que o objeto não era captação de recurso, mas
216 o desenvolvimento dos estudantes e o estreitamento com os contratantes. Disse que
217 o projeto tinha custeio privado e que por isso não estavam mais na dependência,
218 mas sim na busca indireta para que pudessem desenvolver pesquisas sem que
219 houvesse fomento público, uma vez que entendiam que estavam em um processo
220 de escassez de recurso público e essa era uma alternativa em que estavam lutando,
221 pois estavam instrumentalizando. Destacou que era o primeiro projeto e que já
222 vinha com a rigidez necessária na parte processual e documental. Disse que o
223 projeto previa o estabelecimento de serviços técnicos especializados para fins de
224 registro de novos agrotóxicos, com intenção de 6 bolsistas e um estagiário, mais
225 recurso e uma infraestrutura muito dinâmica nos *campi*. O presidente registrou que
226 o professor Jardel estava auxiliando na construção de todo esse arcabouço, que por
227 mais que já existissem legislações a respeito, internamente no IFTO não tinham estas
228 informações reunidas em um único processo. Explicou que possibilitava qualquer
229 outro colega que quisesse desenvolver um projeto em parceria com o IFTO e
230 iniciativa privada com captação de recursos sendo gerido pela FAPTO como
231 interveniente, teriam projetos já desenvolvidos pelo professor Jardel a exemplo
232 desse como modelo a serem seguidos, o que facilitaria muito a jornada dos colegas.
233 Informou que o professor Jardel bateu a cabeça praticamente um ano para
234 conseguir reunir toda a documentação e fazer ajuste no regulamento, junto a FAPTO
235 e procuradoria até chegar no modelo de processo que fosse realmente exequível e
236 que levasse segurança a todos os agentes envolvidos. Lembrou que não estavam
237 falando de quaisquer empresas, mas sim empresas de grande porte que também
238 não queriam ver seus nomes associados assim como como o IFTO a qualquer tipo de

239 início de irregularidade na execução orçamentária. Frisou o ponto chave destacado
240 também por Jardel que o principal objetivo do projeto não era a captação de
241 recursos em si, apesar da necessidade desta captação para execução, mas que o
242 principal objetivo era fazer o estreitamento dos estudantes com a iniciativa privada e
243 garantir melhores posições. Salientou a importância da implementação dos modelos
244 de sucesso em outras unidades do IFTO, destacou que a Instituição tinha um
245 potencial gigante especialmente na área do agronegócio. O conselheiro Elson
246 ressaltou a importância do agronegócio para o país. Questionou se a patente ficaria
247 sob posse do IFTO ou da empresa privada. O professor Jardel explicou que quando
248 falavam em desenvolvimento de novos era porque eram produtos que estavam em
249 fase de registro, e que o projeto teve um novo enquadramento do ponto de vista
250 jurídico, por isso trabalhariam com o serviço técnico especializado, assim a medida
251 que o produto chegava para a realização do registro o produto já era patenteado.
252 Disse que faziam algum tipo de desenvolvimento e pesquisas refinadas e aplicadas
253 que era obrigação, com o produto já em pré fase de lançamento. A partir do registro
254 para o ministério buscavam informações mais aplicadas. Frisou que o produto já era
255 patenteado, por isso seguiam com o modelo de serviço técnico especializado. O
256 conselheiro Flávio Elisiário informou que teve o cuidado de visitar o site da empresa
257 japonesa, consolidada há mais de 50 anos no mercado, com valores bem sólidos e
258 lhe veio à mente a questão da confiança mútua. Perguntou se a parceria era um
259 contrato de prestação de serviço em que a infraestrutura (física e de pessoal)
260 utilizada seria do IFTO e se a remuneração se daria com base nisso. Jardel informou
261 que o projeto foi pensado e com algumas demandas, que primeiramente foi preciso
262 um credenciamento no Ministério da Agricultura para mostrar que tinham expertise
263 e infraestrutura (os dois processos se deram ali no *Campus Paraíso*). Disse que a
264 conclusão do processo se daria quando tivessem toda garantia, todo o aprendizado
265 jurídico e todo o aprendizado executivo para que pudessem ampliar para todos os
266 pesquisadores. Explicou que no primeiro foi feita uma instrumentação, mas que não
267 ficou muito bem ajustada, e a partir de orientações passaram a entender que era
268 uma prestação de serviço do pesquisador para pesquisa. Destacou que precisavam
269 procurar modelos, pois devido à utilização de parte da infraestrutura e como o
270 objeto do trabalho era o aluno, nada mais importante do que ter bolsas. Informou
271 que o projeto ofereceria bolsas de estágio no valor de R\$ 1.077,00 e várias bolsas no
272 modelo. Explicou que o projeto captado no ano foi de quase R\$
273 200.000,00. Contudo, pelo fato das fontes pagadoras serem diferentes, o projeto
274 seria desmembrado, dessa forma, chegariam no Consup quatro projetos separados,
275 duas estruturas Iharabras e duas da Cortela. Disse que todos envolvidos com
276 prestação de serviços tecnológicos utilizariam essa infraestrutura, e que a medida
277 que avançassem nesta compreensão precisariam pensar no reembolso institucional.
278 Informou que estava canalizando todo recurso captado para as bolsas e custeio. A
279 conselheira Cristieley perguntou se o projeto piloto iniciou seu desenvolvido em
280 parceria com o Iharabras e quais foram os resultados. Jardel informou que dividiam
281 o ano agrícola em safra (início setembro/outubro de 2021 e término em agosto-
282 setembro de 2022), sendo este o único diferencial (temporal). Quanto ao projeto
283 piloto, disse que se referia ao primeiro projeto de 2021 com desenvolvimento de um
284 novo inseticida importante para o mercado de trabalho no mercado agrônomo, e
285 que neste primeiro projeto estavam em processo de entendimento de como seria
286 essa parceria com a iniciativa privada e até então estavam trabalhando na prestação
287 de conta, o que realmente era importante. Ressaltou que o projeto-piloto tinha
288 vindo para mostrar essas falhas, informou que tiveram dificuldades processuais

289 durante a operacionalização. Destacou que a Iharabras era o parceiro de ouro pois
290 entenderam que no serviço público a Instituição não era burocrática, mas
291 precisavam juntar todas as informações legais e ter segurança do ponto de vista
292 jurídico para dar os próximos passos. Frisou que aprenderam com o projeto, que o
293 esboço documental foi muito mais trabalhoso do que o serviço de pesquisa.
294 Informou que o projeto piloto estava pronto e que estavam mais seguros e sólidos
295 para avançar e convidar novos pesquisadores. A conselheira Cristieley perguntou por
296 alguns documentos apresentados no check list, mas que não havia encontrado no
297 processo, inclusive a manifestação da procuradoria solicitada pelo reitor do IFTO.
298 Jardel informou que check list era da Advocacia-Geral da União - AGU, que elaborou
299 os modelos para que pudessem fazer a juntada documental e a instrução processual,
300 e que pedia dentro do processo duas manifestações, uma manifestação do meet, e a
301 outra manifestação do Conselho, e como estavam trabalhando com a iniciativa
302 privada às vezes precisavam de adiantar a manifestação do Conselho (ad
303 referendum) para a continuidade do projeto, pois a aprovação do Conselho era
304 apenas uma etapa e que dos 19 documentos questionados por Cristieley a maior
305 parte estava anexada nas duas habilitações (Iharabras e FAPTO) dentro da pasta
306 zipada. Cristieley perguntou ao presidente sobre o acesso ao parecer da procuradoria.
307 O conselheiro Saldanha disse que o projeto era empolgante, pé no chão e deveria
308 ser levado como propaganda. Disse que estava acompanhando algumas instituições
309 de educação que tratavam de forma muito agressiva o agronegócio e o mercado,
310 muitas vezes com razão e às vezes sem a medida da razoabilidade. Parabenizou
311 Jardel pelo projeto e situação harmônica com o mercado, com os alunos e com o
312 agronegócio. Jardel agradeceu e ressaltou que para convidar os colegas para fazer
313 esse tipo de trabalho precisavam dar a eles segurança jurídica e processual.
314 Informou que o planejamento a partir dali era fazer uma chamada pública de
315 interessados e o credenciamento no Ministério da Agricultura. Informou que os
316 profissionais deveriam ser ligados ao CREA, que não era exigida formação, a única
317 exigência era ter registro no CREA e alguns atendimentos. Quanto ao parecer da
318 procuradoria questionado pela conselheira Cristieley, o presidente informou que o
319 encaminhamento havia se dado no dia 17 de março, mas que a procuradoria ainda
320 não tinha retornado com o parecer do processo, mas que deveria ser retornado em
321 breve. Disse que como o projeto já estava em execução, havia necessidade da
322 aprovação (ad referendum de 25 de fevereiro de 2022) para continuidade. Explicou
323 que o *ad referendum* obrigatoriamente tinha a exigência de ir para reunião
324 subsequente do Conselho Superior, por isso, a convalidação era ponto de pauta
325 naquela data, mesmo com a ausência do documento (parecer) que certamente seria
326 adicionado na sequência. O presidente parabenizou o professor Jardel pelo trabalho.
327 Relatou que poucas eram as iniciativas como a dele dentro da Instituição, e que o
328 trabalho precisava ser massificado, pois construir o arcabouço documental foi um
329 trabalho muito grande, o que afastava os colegas dessa busca, então quando se
330 tinha um colega que se dedicava especialmente a construir esses modelos que
331 abririam caminho para outros, precisavam realmente valorizar agradecer. Após
332 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
333 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto cinco, a saber:
334 deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
335 41, de 4 de março de 2022, que aprovou a celebração de convênio para execução de
336 projeto de pesquisa entre o Instituto Federal do Tocantins e a Universidade Federal
337 do Tocantins, com interveniência da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do
338 Tocantins, conforme Processo nº 23235.020837/2021-50. A professora Paula Karini

339 explicou que a deliberação tratava de uma cooperação de interesse mútuo entre o
340 IFTO e a UFT. Disse que desde o ano anterior procuraram formalizar os projetos de
341 pesquisa em conjunto, participação em grupo de pesquisa e bancas, para
342 oportunizarem aos docentes e técnicos o fortalecimento dos seus currículos e
343 experiência no stricto sensu. Citou a conquista do curso em rede do *Campus* Palmas,
344 PROFEPT, e o desejo da Instituição de ter um mestrado solo, no entanto, destacou
345 que para isso precisavam criar mais meios de aperfeiçoamento dos currículos para
346 os professores, abrangendo os pontos frágeis avaliados pela Capes dos APCN's. Disse
347 que neste sentido estavam trabalhando no direcionamentos dos editais para
348 fomentar essas áreas específicas (algumas iniciativas inclusive com recurso próprio)
349 e focando nas instituições que tinham interesse. Destacou que o projeto era voltado
350 para a área da educação que envolvia os servidores do Instituto tanto na formação
351 de mais pesquisadores como no fortalecimento do currículo, haja vista a
352 participação de professores do Instituto como coorientadores, membros de banca,
353 colaboradores de projetos de pesquisa. Destacou que este era o foco do projeto, o
354 fortalecimento na área da educação, pois entendiam que era uma área que abrangia
355 a totalidade dos *campi* do Instituto Federal. Como ilustração citou outro convênio
356 (parceria) firmado recentemente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná
357 para oferta de um mestrado em cooperação, no *Campus* Araguaína, em engenharia
358 da produção. Disse que tinham ações em pulso para viabilizar e fortalecer não só a
359 oferta de stricto sensu, mas também fortalecer ainda mais a pesquisa, projetos de
360 inovação e também a participação de docentes e por consequência dos estudantes
361 que acabavam sendo beneficiados. Informou que a seleção já tinha ocorrido e a
362 grande procura, o que reforçava a demanda internamente. Após apresentação,
363 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
364 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto seis, a saber: deliberação acerca da
365 proposta de Convênio do Projeto intitulado "Desenvolvimento de sistema
366 computacional integrado com dispositivos móveis para implantação de cobrança
367 pelo uso da água na Bacia do Rio Formoso", conforme Processo
368 nº 23235.018699/2021-49. O presidente fez uma breve explanação do que se
369 tratava o projeto. Disse que diferentemente dos demais essa não era uma resolução
370 ad referendum, ou seja, não teve provação inicial, não por que não havia
371 concordância com projeto, mas porque os prazos não exigiam aprovação ad
372 referendum, uma vez que tinha tempo para ir para aquela reunião. Informou que o
373 convênio era firmado entre IFTO, Naturatins e FAPTO como órgão executor do
374 recurso. Disse que a perspectiva era dentro do projeto construir uma ferramenta
375 computacional que auxiliasse no processo de cobrança, faturamento do volume de
376 água utilizado dentro da Bacia do Rio Formoso. Destacou que o trabalho foi
377 desenvolvido entre o IFTO e governo do estado e que possibilitaria o
378 acompanhamento e faturamento do volume de água utilizada. Informou que o
379 trabalho era coordenado pelo professor Clerson Reis da área de Engenharia Civil do
380 *Campus* Gurupi, que prevê a contratação de bolsistas, tanto estagiários como
381 estudantes bolsistas que estariam acompanhando e contribuindo no
382 desenvolvimento do projeto. A conselheira Cristiely pediu esclarecimentos de dois
383 custos mencionados no plano de trabalho na parte de despesas (R\$ 53.424,00 -
384 outros serviços e terceiros e R\$ 14.355,65 - aquisição de 1 computador). Clerson
385 Reis, coordenador do projeto explicou que a Lei das águas, nº 9.433, previa 5
386 mecanismo de gestão das águas: sistema nacional de informações, plano de vacina,
387 enquadramento dos corpos hídricos, outorgas da água e cobrança da água. Explicou
388 que no Estado do Tocantins a bacia hidrográfica do Rio Formoso era a mais

389 explorada pela agricultura e uma das mais importantes fontes de renda do Estado, e
390 devido sua insuficiência de água para atender a todos, todos os anos existia conflitos
391 por água. Disse que o Naturatins já havia implementado o Sistema Nacional de
392 Informação compilado pelo Estado. Explicou que existia o plano de bacia da Bacia de
393 Rio Formoso e que o rio já estava enquadrado nas classes para irrigação, as outorgas
394 e os projetos outorgados, sendo assim faltava para a implementação da gestão total
395 do sistema das águas a implantação da cobrança. Disse que não era interesse do
396 Estado fazer efetivamente a cobrança, pois pretendia fazer a quantificação para que
397 a água fosse reconhecida como um bem de valor econômico, chegando a um valor
398 refletido em moeda, incentivando a racionalização e controle do desperdício da
399 irrigação. Destacou que se efetivamente executada a cobrança prevista em lei
400 (objetivo inicial do Estado), obteria recursos que precisavam ser encontrados na
401 bacia de acordo com o plano de bacia, pois eram programas de racionalização, de
402 proteção, de execução e de medidas compensatórias na bacia, o que otimizaria o
403 sistema dentro do Estado. Informou que o sistema de cobrança já era utilizado em
404 alguns outros lugares do Brasil, e que no Tocantins estava mais na vanguarda. Disse
405 que o trabalho a desenvolver era no sentido de analisar se a Instituição era capaz de
406 fazê-lo (sistema). Parabenizou o trabalho da FAPTO. A conselheira Cristieley
407 questionou quem iria fazer o gerenciamento do sistema de cobrança depois de
408 implantado. Clerson respondeu que o sistema seria desenvolvido para o Naturatins,
409 e que eles possuíam Gestão de Alto Nível - GAN, então a ideia era pegar os dados
410 do GAN, transformar em números (boletos) e fornecê-los ao Naturatins para que ele
411 fizesse o gerenciamento. O conselheiro Elson mencionou sua dúvida a respeito dos
412 valores de alguns produtos relacionados no campo de trabalho, como o do notebook
413 de R\$ 14.355,65 que no site estava R\$ 5.000,00. Clerson explicou que todos os
414 valores de produtos eram obrigados a terem 3 cotações, que o projeto era feito com
415 compensação de multas ambientais, e que existia uma multa de R\$ 222.000,00
416 e que o projeto tinha sido dimensionado para alcançar este valor. Disse que o valor
417 do bem (notebook) provavelmente era um arredondamento, mas que a aquisição
418 não era pelo plano de trabalho (orçamento federal). Informou que o recurso
419 passaria a ser do IFTO. O conselheiro Yohann perguntou se após seu
420 desenvolvimento o projeto seria passado ao Naturatins de forma gratuita, ou se
421 aproveitaram para desenvolver outros projetos no IFTO. Clerson explicou que o
422 Naturatins estava contratando convênio para desenvolver o foco, mobilizando
423 recurso para este desenvolvimento. Disse que o software ficaria com Instituto de
424 Natureza do Tocantins, não existia cláusula de exclusividade ou restrição, que
425 pertencia ao Naturatins, mas o IFTO poderia reutilizar. Destacou que era uma
426 negociação ganha-ganha, em que o IFTO aprofundava os conhecimentos na área, e
427 os alunos participavam do mercado de trabalho na efetiva construção do projeto
428 executivo, cujo objetivo formal era o convênio junto com a FAPTO que receberia o
429 recurso. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
430 aprovado por treze votos favoráveis e dois contrários (Elson e Cristieley). Na
431 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto sete, a saber: deliberação acerca de
432 tornar sem efeito a Resolução CONSUP/IFTO nº 61 (1362408), pois em sua epígrafe
433 consta outro número – Resolução CONSUP/IFTO nº 56. Como a Resolução
434 CONSUP/IFTO nº 61 será tornada sem efeito, será necessário emitir outra resolução
435 convalidando a Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 3, de 22 de fevereiro de
436 2021, conforme Processo nº 23337.003949/2019-83. O presidente explicou que a
437 situação do ponto sete se aplicava também aos pontos 8 e 9 da pauta, que se tratava
438 apenas da correção dos números dos documentos emitidos no Sistema Eletrônico de

439 Informação. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido
440 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto
441 oito, a saber: Deliberação acerca de tornar sem efeito a Resolução CONSUP/IFTO nº
442 60 (1362405), pois em sua epígrafe consta outro número – Resolução CONSUP/IFTO
443 nº 57. Como a Resolução CONSUP/IFTO nº 60 será tornada sem efeito, será
444 necessário emitir outra resolução convalidando a Resolução *ad*
445 *referendum* CONSUP/IFTO nº 4, de 25 de fevereiro de 2021, conforme Processo
446 nº 23337.008705/2020-21. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
447 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação
448 do ponto nove, a saber: deliberação acerca de tornar sem efeito a Resolução
449 CONSUP/IFTO nº 62 (1362410), pois em sua epígrafe consta outro número –
450 Resolução CONSUP/IFTO nº 55. Como a Resolução nº 62 será tornada sem efeito,
451 será necessário emitir outra resolução convalidando a Resolução *ad*
452 *referendum* CONSUP/IFTO nº 2, de 22 de fevereiro de 2021, conforme Processo
453 nº 23337.023251/2019-84. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
454 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação
455 do ponto dez, a saber: Deliberação acerca da aprovação do projeto "PRODUÇÃO DE
456 SANITIZANTES DE BAIXO CUSTO - Formoso do Araguaia", que está sendo executado
457 pela Pró-Reitoria de Extensão em parceria com a Fundação de Apoio Científico e
458 Tecnológico do Tocantins (FAPTO), conforme Processo nº 23235.009597/2021-32. O
459 professor Sérgio informou que o IFTO estava desenvolvendo um projeto de extensão
460 em que estava fabricando álcool sanitizante. Destacou o sucesso do projeto desde
461 2020, atendendo a pandemia e a comunidade, com grande participação dos
462 servidores e estudantes. Disse que a boa aceitação e procura pelo produto
463 possibilitou a ação tornar-se um projeto, que não só atenderia a demanda urgente
464 da época, como também permitir uma boa articulação com o ensino e a pesquisa
465 do IFTO. Explicou que o projeto deu força ao projeto de extensão tecnológica e
466 produção sanitizante de baixo custo, uma vez que atendia as demandas do
467 município pela carência do momento e criava uma oportunidade impar para o
468 desenvolvimento da inserção, principalmente no trabalho da extensão do currículo
469 exigido no regulamento. Informou que o parecer da Procuradoria Federal junto ao
470 IFTO constava no processo. Disse que houve chamada pública para a formação de
471 banco de interesse e apoio institucional ao projeto, que atendeu 7 prefeituras. O
472 presidente informou que a produção de álcool no IFTO passava por pelo menos 4
473 momentos distintos. Explicou que o primeiro momento, no início da pandemia, em
474 março de 2020, possibilitou a experiência na produção de álcool (só com a estrutura
475 pré-existente na descrição). Informou que esse primeiro momento teve o
476 envolvimento de 5 unidades no processo, e a participação de vários servidores e
477 estudantes na produção de 20.000 litros de álcool, distribuídos gratuitamente para a
478 população, com recurso captado diretamente da Secretaria de Educação Profissional
479 e Tecnológica – SETEC. Disse que na sequência ao perceber o potencial institucional
480 e a crescente demanda em função da pandemia, submeteram outro projeto à SETEC,
481 solicitando um aporte maior de recursos para que tivessem condição de criar uma
482 estrutura dentro da instituição mais adequada para produção em maior escala
483 desses produtos. Informou que conseguiram o recurso (R\$ 160.000,00) para
484 implantação da usina e aquisição dos equipamentos com o montante em decurso
485 adicional para a produção na faixa de 100 litros de álcool, distribuídos também
486 gratuitamente para a população. Destacou que a unidade mencionada foi
487 implantada no *Campus* Paraíso em função do curso na área de química e da
488 estrutura para receber o projeto. Disse que estava sendo capitaneado no *Campus*

489 especialmente pelo professor Luiz Henrique, que conduzia o trabalho. Disse que
490 depois do processo de produção e distribuição na pandemia, passaram para as
491 outras duas fases – a produção para consumo próprio e outra etapa relacionada à
492 prestação desse serviço para outros parceiros interessados (as prefeituras).
493 Ressaltou a importância do trabalho e destacou que muitas dessas prefeituras
494 tinham dificuldade até em realizar um processo licitatório para aquisição de um item
495 como esse, e que muitas vezes acabavam tendo que comprar no grande atacado na
496 capital para tentar manter a prestação de serviço dentro do município. Lembrou o
497 aumento muito grande de preços de alguns produtos como o do álcool em gel 70%
498 durante a pandemia, e que enquanto instituição o IFTO, sem ter a finalidade de
499 obter lucro, conseguiu produzir um produto de alta qualidade a baixo custo e nesse
500 meio tempo oportunizou aos estudantes o acesso a uma dinâmica e experiência
501 muito próxima do que eles encontrariam ao ingressarem no mundo do trabalho
502 dentro da grande indústria de produção de sanitização, ou seja, era uma soma de
503 esforços. Lembrou que os projetos que estavam sendo tratados ali diziam respeito a
504 esta parceria específica com os municípios através de edital de chamamento público
505 publicado em 2021. Informou que os municípios indicaram quais eram suas
506 necessidades e dentro dessas necessidades cada município estava pagando a
507 produção do álcool entregue pelo IFTO, uma relação que trazia benefícios para todos
508 os envolvidos. Destacou que os projetos eram similares com a diferenciação
509 basicamente do município envolvido. Esclareceu que o relacionamento com os
510 municípios e seus aportes de recursos via Fundação de Apoio para que o IFTO fizesse
511 a prestação de serviço, era uma experiência nova desenvolvida pela Instituição que
512 tinha adquirido bastante aprendizado ao longo do último ano, além de uma
513 alternativa para o desenvolvimento de várias outras ações nos próximos anos. Após
514 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
515 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto onze, a
516 saber: deliberação acerca da aprovação do projeto "PRODUÇÃO DE SANITIZANTES
517 DE BAIXO CUSTO - Natividade", que está sendo executado pela Pró-Reitoria de
518 Extensão em parceria com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do
519 Tocantins (FAPTO), conforme Processo nº 23235.009599/2021-21. Após
520 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
521 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto doze, a saber:
522 deliberação acerca da aprovação do projeto "PRODUÇÃO DE SANITIZANTES DE
523 BAIXO CUSTO - Paranã", que está sendo executado pela Pró-Reitoria de Extensão em
524 parceria com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO),
525 conforme Processo nº 23235.009524/2021-41. Após apresentação,
526 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
527 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto treze, a saber: deliberação acerca da
528 aprovação do projeto "PRODUÇÃO DE SANITIZANTES DE BAIXO CUSTO - Rio da
529 Conceição", que está sendo executado pela Pró-Reitoria de Extensão em parceria
530 com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), conforme
531 Processo nº 23235.009568/2021-71. Após apresentação, o item foi submetido à
532 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
533 a deliberação do ponto quatorze, a saber: deliberação acerca da aprovação do
534 projeto "PRODUÇÃO DE SANITIZANTES DE BAIXO CUSTO - São Valério", que está
535 sendo executado pela Pró-Reitoria de Extensão em parceria com a Fundação de
536 Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), conforme Processo nº
537 23235.009570/2021-40. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo
538 sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto

539 quinze, a saber: deliberação acerca da aprovação do projeto "PRODUÇÃO DE
540 SANITIZANTES DE BAIXO CUSTO - Colinas do Tocantins", que está sendo executado
541 pela Pró-Reitoria de Extensão em parceria com a Fundação de Apoio Científico e
542 Tecnológico do Tocantins (FAPTO), conforme Processo nº 23235.009601/2021-
543 62. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
544 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto dezesseis, a
545 saber: deliberação acerca da aprovação do relatório final das atividades
546 desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial – Pet-Civil no decorrer do ano de
547 2021 e do planejamento das atividades para o ano de 2022, conforme Processo nº
548 23235.020987/2021-63. O Diretor de Graduação (DIGRAD), Daniel Marra da Silva,
549 explicou que o Pet-Civil era um programa de tutoria, financiado pelo governo federal
550 e que no Tocantins existia através do curso de Engenharia Civil do *Campus* Palmas,
551 com o professor Moacir Sales como tutor do programa, além de alguns alunos
552 vinculados ao programa com recebimento de bolsa. Informou que anualmente era
553 preciso fazer o relatório para renovação das bolsas, que o relatório apresentado
554 tratava das atividades realizadas do ano de 2021 e juntamente estavam
555 apresentando o planejamento das atividades para o ano seguinte. Disse que no final
556 do ano passado realizaram uma reunião em que foram mostrados as atividades
557 realizadas, e o CLAA, conselho responsável pela avaliação das atividades, aprovou o
558 relatório, na sequência aprovou o relatório e o planejamento para 2022. Disse que
559 para a formalização da renovação do programa com o governo federal era preciso a
560 aprovação do Conselho Superior, daí a importância da aprovação tanto do
561 relatório das atividades quanto do planejamento para 2022. Após apresentação,
562 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
563 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto dezessete, a saber: deliberação
564 acerca da solicitação de alteração da Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFTO,
565 de acordo com o Despacho nº 2/2022/PORT/181/2021/REI/IFTO (1507701),
566 conforme Processo nº 23235.000573/2022-07. O Diretor de Ensino Básico e Técnico
567 (DIREBT), Stefan de Oliveira Rosa explicou que a solicitação de alteração tratava da
568 inclusão de uma palavra na resolução estabelecia a parceria entre IFTO e FAPTO.
569 Citou que estavam com a demanda para oferta de cursos de EngPT em parceria com
570 a CEB por meio de TED que prevê o pagamento de bolsa para auxílio estudantil dos
571 estudantes. Informou que a resolução em vigência, art. 18, que tratava dos
572 estudantes de cursos técnicos de graduação e de pós-graduação, não previa o
573 repasse de bolsa para estudante do curso FIC. Explicou que esse era o caso dos
574 cursos de engenharia que seriam ofertados a partir de agosto de 2022, sendo a
575 demanda pela alteração da resolução a inclusão dos cursos FIC como previsão de
576 repasse de bolsa para estudantes devidamente matriculados. Após apresentação,
577 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
578 sequência, procedeu-se a deliberação do ponto dezoito, a saber: Deliberação do
579 calendário anual de reuniões ordinárias com a seguinte sugestão de datas: 1ª
580 Ordinária, 19 de abril ; 2ª Ordinária, 15 de junho; 3ª Ordinária, 22 de setembro; 4ª
581 Ordinária, 1º de dezembro. O conselheiro Elson sugeriu a alteração da data da 4ª
582 reunião ordinária de 1º de dezembro para 19 de novembro de 2022. O conselheiro
583 Gerson perguntou se as reuniões do Conselho 2022 seriam presenciais ou remotas.
584 O presidente informou que a partir da próxima reunião todas as reuniões do
585 Conselho seriam presenciais. As proposições foram submetidas à votação, tendo
586 sido aprovada a proposição 1 (original) por doze votos. A proposta 2 (Elson) teve 3
587 votos (Elson, Cristiely e Otávio). Na sequência, procedeu-se a discussão da falta de
588 transporte público necessário, para os estudantes do turno noturno no IFTO -

589 *Campus* Paraíso do Tocantins, ponto incluído na pauta por solicitação do conselheiro
590 Geovanne. O conselheiro Flávio Eliziário também diretor-geral do *Campus* do Paraíso
591 do Tocantins contextualizou a questão do transporte público para o *Campus* Paraíso
592 do Tocantins, informou que o *Campus* vinha se organizando para fazer o retorno às
593 atividades presenciais e que desde de dezembro de 2021 haviam montado a
594 comissão que vinha trabalhando de acordo com as orientações do Comitê de Risco
595 do IFTO e cenário. Citou que oficiaram a empresa que tinha a concessão em Paraíso
596 sobre o plano de retorno gradual das atividades presenciais com previsão de retorno
597 para fevereiro solicitando o atendimento da empresa que não concedeu retorno.
598 Informou que continuaram com o planejamento para o retorno na expectativa de
599 que a concessão continuasse, mas que dois anos de pandemia era um peso
600 significativo para qualquer segmento ainda mais o de transporte. Disse que no dia 7
601 de março comunicaram a todas as prefeituras próximas, municípios parceiros do
602 IFTO *Campus* Paraíso do Tocantins (Nova Rosalândia, Pium, entre outros). Disse que
603 tinham um volume interessante de estudantes, e que esses prefeitos se colocaram à
604 disposição para o transporte dos estudantes. Disse que informaram ao prefeito de
605 Paraíso o retorno e a preocupação com a questão do transporte dos estudantes e
606 que quando apresentada a demanda começaram os questionamentos. Ressaltou
607 que empresa se manifestou de forma informal nas redes WhatsApp dizendo que não
608 conseguiria atender, o prefeito sugeriu que procurassem a secretaria de
609 educação para análise do que era possível fazer. Disse que assim o fizeram e
610 marcaram uma reunião com a secretaria da educação, o prefeito, o presidente da
611 Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins, a equipe da prefeitura (transporte) e as
612 representações do IFTO (pais do ensino médio, estudantes do ensino médio e
613 superior, comissão do retorno gradual às atividades presenciais e o magnífico reitor
614 do IFTO, Antônio da Luz). Disse que na reunião foi falado sobre a dificuldade dos
615 estudantes (períodos diurno e noturno) naquele momento e a necessidade do
616 transporte público que era competência do próprio município ofertar. Frisaram que
617 estavam ali porque o IFTO e seus estudantes não poderiam ter o prejuízo de dois
618 anos de ensino remoto e necessitavam do transporte. Informou que na reunião a
619 secretaria solicitou um prazo (15 a 20 dias) para fazer a contratação emergencial de
620 uma empresa para fazer o transporte dos estudantes, além disso acordaram que
621 enquanto a contratação não fosse efetuada os estudantes seriam atendidos
622 pelos ônibus da secretaria de educação. Disse que levantaram também na reunião a
623 problemática e dificuldade da empresa que tinha a concessão e que por isso, era
624 necessário uma nova concessão para que a comunidade acadêmica do IFTO não
625 sofresse os prejuízos acumulados com a atual concessão. Informou que ao final da
626 reunião havia a proposição de dois ônibus para os estudantes dos cursos superiores,
627 e após essa reunião, ainda no mesmo dia (segunda-feira dia 7 de março), reuniram-
628 se uma equipe da secretaria da educação e alguns servidores do IFTO para fazer o
629 levantamento e divisão dos estudantes (que não estavam pagando passagem
630 naquela data, pois a secretaria estava realmente disponibilizando os ônibus). Disse
631 que a secretaria avisou que motoristas estavam buscando os estudantes em vários
632 locais da zona rural, iniciando o trajeto por volta das cinco horas, para atendimento
633 ao IFTO (tinham que atender primeiro a educação básica do município) e iam até as
634 dezenove ou vinte horas, mas não tinham carga horária para chegar até este horário.
635 Diante desta limitação da secretaria, Flávio disse que reafirmaram a necessidade do
636 transporte aos estudantes e que para minimizar o impacto aos estudantes dos
637 cursos superiores o *Campus* Paraíso colocou seus ônibus à disposição, apesar de não
638 conseguir transportar todos os estudantes (professores se organizaram com a turma

639 por livre demanda solicitando a aula presencial através de agendamento). Afirmou
640 que os ônibus do *Campus* buscariam os estudantes da turma, e desta forma estava
641 funcionando no formato híbrido. Destacou que o *Campus* estava disponibilizando
642 todos os seus motoristas para atender esta demanda acadêmica e que a prefeitura
643 havia se comprometido em fazer o abastecimento dos ônibus que estavam fazendo
644 o transporte dos estudantes no período noturno. Lembrou que o prazo (15 a 20
645 dias), solicitado pela secretaria, já estava quase vencendo e que estavam
646 aguardando o atendimento. No entanto, destacou que esta resolução ainda não era
647 a solução (concessão), que dependia de questões burocráticas e jurídicas do próprio
648 contrato. Ressaltou o destaque na reunião para a afirmação da necessidade de uma
649 nova empresa de concessão e um novo modelo que atendesse a toda à comunidade,
650 inclusive da Vila Santana e do parque industrial, além claro da cidade de Paraíso do
651 Tocantins. Flávio afirmou que não houve prejuízos aos estudantes, pois dadas às
652 limitações, estavam trabalhando no formato híbrido. O conselheiro Geovane fez
653 algumas indagações como: quais as ações o IFTO poderia fazer para melhoria do
654 transporte público, o que estava ao alcance da Instituição para ajudar aos
655 estudantes dos cursos superiores do turno noturno em relação ao transporte
656 público, o que os outros *campi* poderiam agregar para ajudar os estudantes do
657 *Campus* Paraíso do Tocantins, e se poderiam fornecer motoristas, transporte, ou seja
658 como se daria a solução através dessas indagações. Sugeriu que o Conselho emitisse
659 um documento ao poder público municipal cobrando uma resposta sobre o assunto,
660 e entregando assim, a política pública de educação para comunidade e
661 permanência. O presidente mencionou que o ponto principal de toda a
662 problemática, não só no *Campus* Paraíso do Tocantins, mas em todos os outros
663 *campi* da Instituição, era a compreensão equivocada tanto por parte do poder
664 público municipal como também por parte da comunidade do IFTO, em saber onde
665 estava a responsabilidade pela solução do problema do transporte. Disse que foi
666 muito explícito na última reunião com a prefeitura de Paraíso, que as pessoas
667 compreendiam inicialmente que estavam tratando de transporte estudantil, o que
668 não era o caso, pois não estavam discutindo transporte de estudantes, mas sim
669 transporte público municipal que atendia também aos estudantes por questão de
670 rota. Destacou que eram coisas distintas e até a última reunião a prefeitura
671 compreendia que a responsabilidade dos transporte dos estudantes para o IFTO era
672 do IFTO, sendo a responsabilidade da prefeitura apenas o transporte dos estudantes
673 do município. O presidente informou que foi necessário explicar que não era essa a
674 dinâmica, e que a partir deste esclarecimento o prefeito compreendeu que a
675 responsabilidade era do município e solicitou o prazo de até 20 dias para conseguir
676 uma solução mais efetiva ao problema, prazo esse que vencia no final daquela
677 semana. Destacou que para o momento, o que tinham era a execução do que havia
678 sido acordado na reunião emergencial do dia 7/3/2022. Informou que a empresa de
679 ônibus foi comunicada no dia 15 de dezembro de 2021, que as aulas no *Campus*
680 retornariam no início de fevereiro e que naquela data foi também questionada e
681 solicitado manifestação de condições de atendimento ou não do transporte, já que
682 tinha suspenso algumas linhas. Informou que a empresa só se manifestou na
683 quinta-feira anterior ao retorno das aulas, após manifestação da empresa, buscou-se
684 agendar com o prefeito, uma mobilização com representantes dos estudantes e pais
685 para que juntos mostrassem a importância do problema que estava vivenciando.
686 Explicou que inicialmente a prefeitura imaginava que o problema era do IFTO, sendo
687 assim só queriam fornecer um ônibus para o atendimento. Explicou que o problema
688 não era do IFTO e que apenas um ônibus não o resolveria. O presidente esclareceu

689 que ao dizer que o problema não era do IFTO, não queria dizer que ele não atingia a
690 comunidade, mas que não perpassava pela Instituição a responsabilidade de
691 resolver porque não estava na alçada do IFTO esta tomada de decisão. Disse que
692 após este esclarecimento o prefeito identificou três fases. Disse que a fase daquele
693 momento era mais crítica de realocação dos ônibus do município com a estrutura
694 que o IFTO dispunha para atender aos estudantes mesmo que em estado inicial de
695 condições. Disse que em contrapartida o IFTO reorganizou a oferta que já seria
696 presencial em oferta híbrida, para que os estudantes não tivessem prejuízo de
697 frequência às aulas. Ressaltou que no prazo de vinte dias a prefeitura se
698 comprometeu a fazer uma contratação emergencial. Explicou que diante disso a
699 expectativa era que a partir da próxima segunda-feira tivessem uma empresa
700 prestando o serviço de transporte público dentro do município de Paraíso que
701 atenda, entre outros cidadãos, os estudantes do *Campus* para se deslocar até o
702 *Campus*. Quanto à terceira etapa, informou que esta seria a publicação de um edital
703 de nova concessão, para solução de modo mais definitivo. Destacou que a questão
704 precisava ser tratada unidade a unidade, porque as situações eram distintas. Disse
705 que além disso, o trabalho e o relacionamento com poder público precisava ser
706 feito muito próximo, de modo muito esclarecido. Explicou que isso se dava porque a
707 primeira coisa que levantavam era que o IFTO estaria querendo discutir transporte
708 estudantil, e que os municípios era obrigados a oferecer transporte estudantil até o
709 final da primeira fase do ensino fundamental, assim seria necessário novamente
710 esclarecer que a discussão se tratava de transporte público municipal, direito de
711 todo cidadão, inclusive aos estudantes do IFTO. O conselheiro Gerson informou que
712 a problemática do transporte público também era uma questão do *Campus*
713 Araguaína. Informou que apesar de ser no centro da cidade, infelizmente os ônibus
714 demoravam muito a passar e os estudantes esperavam por horas, mesmo com a
715 Universidade Federal do Tocantins - UFT bem próxima. Disse que para além de
716 qualquer posição política, tinham que criar um discurso coeso para o IFTO, com
717 relação a essa demanda, afinal se tratava de transporte público de uma região pobre
718 do país. Destacou que muitas vezes, quase não havia sensibilidade dos gestores
719 públicos com relação a essa pauta. Disse que deveriam pensar para o futuro em um
720 movimento coeso do IFTO, para reivindicarem aos gestores (prefeitos e
721 governadores) sensibilidade com a demanda que era da sociedade civil. Explicou
722 que enquanto IFTO, professores e alunos, poderiam incorporar a demanda *campi*
723 por *campi*, poderiam inclusive fazer um movimento com estudantes para que
724 pudessem ir aos respectivos locais mostrar a demanda com presença da própria
725 Reitoria. Frisou que seria interessante pois incorporava, dava poder institucional e
726 seria muito mais forte do ponto de vista político. Ressaltou que o IFTO enquanto
727 instituição, deveria encampar e levar para gestores políticos do executivo, de modo
728 geral (senadores e deputados), para que tivessem mais sensibilidade e
729 encontrassem uma alternativa, pois se não se posicionassem a coisa não
730 mudaria. Disse que por esse motivo, deveria haver essa mobilização, deveriam ser
731 radicais sem fazer bagunça, apresentando a importância da demanda. Disse que a
732 questão implicava em um processo de luta incisiva, de mobilização do IFTO, já que a
733 questão aparecia em vários outros *campi*. O conselheiro Luis Carlos endossou a
734 cobrança do Geovane. Informou que o *Campus* Gurupi há muito tempo também
735 sofria com a problemática, que os estudantes estavam cobrando muito a questão do
736 transporte público, citou que também tiveram uma reunião pública com a nova
737 concessão de transporte em Gurupi ano passado, e que até então não tinham
738 recebido um retorno de quando iniciaram o transporte público. Destacou que as

739 aulas presenciais retornaram no dia 10 de fevereiro e que alguns estudantes
740 moravam a 15 km do *campus* e sem o transporte público estariam impossibilitados
741 de comparecerem às aulas. Ressaltou que sentia falta de uma comunicação em
742 conjunto (estudantes, *campi* e Reitoria) o que geraria uma discussão mais eficiente.
743 Disse que estava ciente de que o *campus* já havia procurado várias vezes a
744 prefeitura, mas que o problema ainda assim persistia. Informou que mesmo quando
745 tinham o transporte público, esse não atendia a demanda dos estudantes do turno
746 da noite, visto que as aulas terminavam às 22:40 e a saída do ônibus era às 22 horas,
747 assim, para conseguir voltar no ônibus levavam falta nas aulas. Disse que precisavam
748 encontrar uma solução para a questão de transporte, não só do *Campus* Gurupi, mas
749 de todos os *campi* já citados, pois por causa da pandemia muitos transportes
750 públicos, principalmente das maiores cidades, não estavam rodando ou não
751 voltaram a rodar. O conselheiro Geovane ressaltou que eram quatrocentos e
752 sessenta e oito alunos, matriculados em dezesseis turmas. Pediu que o IFTO em
753 parceria com o *Campus* Paraíso lançasse um documento em prol de uma
754 mobilização ao poder público municipal cobrando o transporte público. Destacou
755 que era importante legitimar a pauta como uma luta pelo transporte público.
756 Agradeceu ao presidente e a todos os companheiros que compraram a pauta dos
757 estudantes do IFTO *Campus* Paraíso do Tocantins, afinal estavam tratando de um
758 problema a nível estadual e que outros *campi* também tinham a mesma dificuldade.
759 O conselheiro Yohann, seguindo a fala do Geovane, disse que até mesmo em
760 Palmas, os estudantes pegavam a TO 050, que passava do lado do *Campus*, às
761 cinco horas e seguiam o trajeto no formato sardinha, ou seja, o problema era
762 geral. Disse que ia se atentar ao problema imediato, levantou a hipótese do prefeito
763 de Paraíso não cumprir o acordado no prazo estabelecido, disse que precisavam
764 pensar no Plano B. Sugeriu que os *campi* que não estavam utilizando os ônibus
765 (Palmas, Porto e outros) poderiam ofertar temporariamente os ônibus para o
766 *Campus* Paraíso até encontrarem a solução do problema, não deixando os alunos
767 prejudicados, por que o processo licitatório no poder público era demorado. O
768 Conselheiro Saldanha disse que a pauta era bastante sensível. Parabenizou ao
769 conselheiro Geovane. Informou que havia entrado há um longo tempo no *Campus*
770 Paraíso e corroborou com a luta do professor Antonio e atualmente do professor
771 Flávio na solução desse problema, na tentativa de oferecer transporte de qualidade
772 para os alunos não só do *Campus* do Paraíso, pois o problema tinha reflexo em
773 *campi*. Lembrou que o professor Antônio, quando era o gestor do *Campus*, relatou
774 várias vezes o problema, e que os professores do *Campus* e alunos acompanharam o
775 problema. Disse que a solução às vezes soava como se fosse um problema do IFTO,
776 mas que essa visão era um problema de má interpretação. Ressaltou que
777 acompanhava essa luta do *Campus* Paraíso (direção, alunos, professores,
778 coordenação pedagógica) há muito tempo, mas que dependiam de uma burocracia
779 pública em que não podiam atropelar o processo, mas que a preocupação entre
780 alunos, professores e gestores do *Campus* era grande e de longa data para
781 solucionar o problema. Disse ao Geovane que a luta era de todos, e que seguiam
782 juntos. O conselheiro Elson também disse que a questão não era apenas do *Campus*
783 Paraíso, mas sim que reflete em outros *campi* também, como exemplo citou o
784 *Campus* Araguatins, que desde 2016 enfrentava problema com a frota de ônibus de
785 transporte dos estudantes até o *campus* (que ficava na zona rural do município de
786 Araguatins). Informou que além da questão do ônibus tinham um problema ainda
787 maior com a estrada. Disse que o percurso que ia do município de Araguatins até a
788 instituição, apesar de não ser grande, estava em estado deplorável. Informou que

789 desde 2016, ainda na gestão do professor Décio, foram enviados ofícios ao
790 governador do Estado, deputados, entre outros, contatou inúmeras pessoas para
791 tentar solucionar o problema. Elson informou que na época fazia parte do grêmio
792 estudantil e teve acesso a relatórios fotográficos. Disse que os ofícios foram
793 enviados, mas infelizmente a tendência foi a piora, pois a estrada não tinha mais
794 asfalto e estava apenas com cascalho, colocando em risco a vida de inúmeros
795 estudantes. Além dos problemas de transporte e estado da estrada, Elson citou que
796 a comunidade estava com outro problema - o preço do transporte, pois a frota já
797 havia anunciado novo aumento. Disse que apesar de não ser competência da
798 Instituição a busca pela solução e os apontamentos do problema eram necessárias
799 para pelo menos minimizar os efeitos. Afirmou que a Instituição precisava olhar mais
800 para a classe dos estudantes, pois este olhar influenciava diretamente o seu
801 processo de formação. O presidente disse que compartilhava do ponto de vista de
802 todos os conselheiros em relação à importância do tema e por isso era sensível à
803 discussão do tema, no entanto, enquanto Conselho Superior, tinham uma limitação
804 de atuação. Informou que não como Consup, mas enquanto gestão institucional
805 estavam buscando orientar todos os gestores para que estivessem ativos no
806 relacionamento com os municípios especialmente no retorno, e que
807 acompanhassem as discussões na perspectiva de esclarecer que a responsabilidade
808 pelo transporte era realmente do poder municipal. Ressaltou a importância que a
809 discussão fosse também absorvida pela classe estudantil, para que atuassem em
810 conjunto na busca pela solução ou pelo menos pela melhoria da condição atual em
811 relação ao transporte em todas as nossas unidades. Lembrou que a classe estudantil
812 era a usuária direta do serviço, por isso tinha a legitimidade para reivindicar junto a
813 algumas instâncias públicas a melhoria da qualidade de serviço, como por exemplo
814 no Ministério Público - MP. Concordou que para situação momentânea era
815 necessário que houvesse uma mobilização da classe dominante em relação ao
816 aspecto. Disse que precisavam cobrar mais agentes para o acompanhamento,
817 fiscalização e exigência de uma solução para o problema com consequente sanções
818 para o poder municipal no caso de não atendimento. Citou que a principal
819 dificuldade da gestão institucional, quanto ao funcionamento do trabalho com as
820 prefeituras, era a contenda de diálogo. Disse que no caso da não implementação
821 ficavam um pouco amarrados em relação ao que fazer, não do ponto de vista
822 institucional, mais de aplicação de sanção para com o município. Informou que o
823 órgão mais indicado para fazer esse acompanhamento e com a perspectiva de
824 apontar alguma sanção ao município, era o MP que representaria toda a
825 comunidade e quem tinha a legitimidade para acionar o Ministério Público para
826 fazer esse acompanhamento eram os próprios estudantes, ressaltou que era
827 importante essa compreensão, que o diálogo dos estudantes era sempre muito com
828 a Instituição que buscava orientar. Perguntou qual era a atuação da classe estudantil
829 após o encerramento do diálogo dos estudantes com a Instituição, se havia
830 continuidade da atuação em relação à tentativa da solução do problema
831 (acionamento de outras instâncias). Registrou que não estava incitando ninguém a
832 nada apenas buscando orientar quais poderiam ser as alternativas. Concordou com
833 a fala do conselheiro Gerson de que precisavam ter um movimento mais ativo em
834 relação a ao que perpassava pela movimentação estudantil. Disse que as conquistas
835 que vinham com lutas não se davam simplesmente fazendo uma manifestação na
836 rede social, eventualmente ficando em casa, terceirizando o problema ou
837 aguardando uma solução. Frisou que era preciso ser mais ativo, pois às vezes só
838 diálogo com o poder público municipal não era suficiente, era preciso buscar outras

839 alternativas em outras instâncias de trabalho. Do ponto de vista institucional,
840 disse que no caso específico de Paraíso o que havia sido tratado era o atendimento
841 por parte da prefeitura até o final daquela, e que era importante aguardar a
842 conclusão. No entanto, informou que o diretor-geral do *Campus* Paraíso do
843 Tocantins, Flávio Eliziário, já estava trabalhando com alternativas assim como
844 sugerido pelo conselheiro Yohann, de buscar apoio em outras unidades e intermédio
845 unidade Reitoria. Lembrou que uma vez estabelecido um prazo, que findava na
846 próxima sexta-feira, era importante aguardar o posicionamento município antes que
847 outras medidas fossem tomadas. Ressaltou que essa era uma visão do ponto de
848 vista institucional, mas reforçou que a comunidade estudantil (população usuária no
849 geral do serviço de transporte) já poderiam buscar outras medidas. Disse que essa
850 era uma atuação conjunta de diferentes frentes, cada um com seu modo e instância
851 de atuação. O conselheiro Elson informou que no *Campus* Araguatins não somente a
852 classe estudantil, mas professores e demais servidores da instituição e comunidade
853 externas participaram de movimentos, inclusive de sair às ruas até a prefeitura
854 cobrando o transporte urbano através da comunidade que era usuária, mas que
855 infelizmente não deu em nada, não obtiveram o retorno. Quanto às orientações,
856 questionou se era possível a Instituição se reunir e levar essas pautas às instâncias
857 superiores. O presidente perguntou ao conselheiro Elson quais eram as instâncias
858 que ele sugeria. Lembrou que o ponto chave que estavam tratando era o transporte
859 público urbano que o IFTO através da sua comunidade era usuária, mas não usuário
860 direto. Informou que na figura de presidente do Conselho Superior ou Reitor,
861 promover uma reunião para tratar do tema, com o Ministério Público por exemplo,
862 não teria a legitimidade para abordar o problema, porque como cidadão, pessoa
863 física não era usuário direto, a instituição a qual representava não era usuária direta,
864 e que por isso precisavam da classe estudantil organizada com respaldo da
865 Instituição. Disse que a população usuária direta do serviço que precisava fazer a
866 manifestação. Lembrou da sua primeira fala de que o grande problema era tratar a
867 questão como transporte estudantil. Recordou que a discussão não era sobre
868 resolver a questão apenas dos estudantes, mas o problema da população do
869 município em geral. A conselheira Paula Karini disse que o tema era complexo, que o
870 transporte público não era um caso isolado apenas dos estudantes do IFTO, era um
871 problema enfrentado pelo Tocantins, e que por isso era complexo e requeria
872 estratégia. Sugeriu o encaminhamento, em função do alongar da reunião e do
873 assunto não ser consensual, a criação de um grupo de trabalho - GT, que
874 trabalhasse as articulações, mapeamento, levantamento de dados e números como
875 os dos usuários, o impacto do transporte que não estava funcionando e o que ele
876 gerava. Destacou que até para chegarem ao Ministério Público com demandas, era
877 importante subsídio de dados. Recordou que a solução não viria rápido, o que
878 implicava que os estudantes e a comunidade sugerissem alternativas, inclusive de
879 apoio do Instituto Federal dentro da legislação, pois a ação deveria ser amparada
880 legalmente. Disse que precisavam pensar pontualmente essas ações para depois (se
881 necessário) apresentá-las ao Conselho, (como a representatividade agirá nessa
882 frente, o que o Instituto como instituição pode fazer nessa outra frente, o que o
883 movimento estudantil pode fazer) porque com esse conjunto de ações poderiam
884 produzir efeito e alcançar essa dificuldade tão sensível para os estudantes, que
885 estavam muito imobilizados. Afirmou que realmente era um problema crítico, que se
886 sentia à flor da pele. Disse que se queriam mesmo defender uma pauta de interesse
887 como essa, que impactava no desenvolvimento do ensino, precisavam definir as
888 linhas de ação para tentar que o conjunto delas produzisse o efeito esperado, ou

889 pelo menos provocasse algum impacto mínimo que fosse. O presidente esclareceu
890 que as proposições colocadas precisavam ser formatas para Deliberação no Consup.
891 Lembrou que estavam fazendo apenas a discussão geral e que não houve proposição
892 de encaminhamento à exceção da proposta da conselheira Paula Karini. Comentou
893 e concordou com o comentário do conselheiro Elson no chat de que o problema não
894 era do IFTO, contudo a solução também não era competência da Instituição, mas
895 que precisavam mobilizar. Perguntou se havia alguma manifestação em contrário
896 ou outra proposição além a da conselheira Paula na criação do grupo de trabalho
897 para levantar informações e formular encaminhamento mais aprofundado quanto
898 ao assunto. Não havendo manifestação em contrário ficou definida a criação do
899 grupo de trabalho. O presidente pediu aos conselheiros (titulares e suplentes) que
900 desejassem fazer parte do GT que manifestassem no grupo do WhatsApp para
901 organização e publicação do GT que faria um levantamento das informações e se
902 possível elaborassem uma proposição de encaminhamento para a temática que
903 abrangesse todas as unidades do IFTO. Reforçou que no caso do *Campus Paraíso* do
904 Tocantins tanto a direção como a Reitoria estavam acompanhando o prazo solicitado
905 pela prefeitura de Paraíso para encontrar uma solução que atendesse os estudantes,
906 caso contrário buscariam outras alternativas. Reforçou a importância dos estudantes
907 buscarem esta mobilização conjunta, especialmente no MP, instância que teria
908 condições de acompanhar e ao mesmo tempo encaminhar alguma sanção ao
909 município, caso este não atendesse as necessidades da população. O conselheiro
910 Gerson sugeriu a divulgação de um documento institucional sobre a sensibilidade da
911 pauta e do comprometimento do IFTO em angariar um movimento em prol da
912 consolidação e acesso da temática (questão social) à sociedade, mobilizando-a a
913 corroborar com o movimento da Instituição. O presidente disse que provavelmente
914 o primeiro objeto de trabalho do grupo seria a elaboração de um manifesto a
915 respeito do tema, identificando para a comunidade a sequência de trabalho que
916 seria produzida. O presidente sugeriu que as apresentações dos novos conselheiros
917 se desse na próxima reunião do Conselho devido o avançar da hora. Na sequência,
918 procedeu-se a deliberação do ponto um, a saber: leitura e aprovação da anterior –
919 ATA Nº 2/2022/CONSUP/IFTO, de 22 de março de 2022 (1568175), referente
920 à segunda reunião extraordinária de dois mil e vinte dois do Conselho Superior do
921 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. O
922 presidente fez a leitura da ata. Após leitura, o item foi submetido à votação, tendo
923 sido aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente
924 agradeceu novamente a presença de todos e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa,
925 secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e
926 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros
927 deste Conselho que compareceram à reunião.

928



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Conselheira**, em 26/04/2022, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elson Martins Neves, Conselheiro**, em 26/04/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira Campos, Conselheiro**,



em 26/04/2022, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohann Cristian Alves, Conselheiro**, em 26/04/2022, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Enumo Gottardi, Conselheira**, em 26/04/2022, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 26/04/2022, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iomar Lima Lago, Conselheiro**, em 26/04/2022, às 22:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontolan Tardivo, Conselheiro**, em 27/04/2022, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayana Alencar de Matos, Conselheira**, em 27/04/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Souza Moura, Conselheiro**, em 02/05/2022, às 07:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maukers Alem Lima Dias, Conselheiro**, em 06/05/2022, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 02/06/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 01/07/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 12/07/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1568503** e o código CRC **ABF9D0B4**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.004588/2022-36

SEI nº 1568503